

SÃO PAULO TURISMO S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 (reapresentação) e 2010 (reapresentação)

(em milhares de reais)

Ativo

	2012	2011 (ajustado)	2010 (ajustado)
	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
Circulante			
Caixa	45	45	45
Bancos	10.170	10.905	13.337
Aplicações financeiras	597	5.019	9.562
Clientes	14.438	15.268	13.573
Serviços a faturar	4.981	4.911	9.253
Provisão p/ devedores duvidosos	(5.681)	(3.860)	(3.599)
Almoxarifado	567	817	681
Outros valores a receber (Nota 4)	4.108	4.893	2.677
Despesas antecipadas	87	685	812
	<u>29.312</u>	<u>38.683</u>	<u>46.341</u>
Não Circulante			
Depósitos judiciais	7.268	5.672	6.370
Imobilizado (Nota 5)	251.523	234.890	234.009
Intangível	196	248	250
	<u>258.987</u>	<u>240.810</u>	<u>240.629</u>
Total do ativo	<u>288.299</u>	<u>279.493</u>	<u>286.970</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

SÃO PAULO TURISMO S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 (reapresentação) e 2010 (reapresentação)

(em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	2012	2011 (ajustado)	2010 (ajustado)
Circulante			
Acordo PMSP/INSS (Nota 6)	1.500	1.020	1.020
Fornecedores	19.795	22.508	19.566
Obrigações trabalhistas (Nota 7)	8.935	8.518	7.307
Obrigações tributárias (Nota 8)	6.972	6.250	5.517
Adiantamentos de clientes	29.511	34.195	28.698
Outras exigibilidades (Nota 9)	12.830	7.337	3.992
	<u>79.543</u>	<u>79.828</u>	<u>66.100</u>
Não Circulante			
Acordo PMSP/INSS (Nota 6)	41.945	41.484	40.505
Obrigações tributárias (Nota 8)	59.876	59.828	68.293
Provisões para contingências (Nota 10)	2.069	1.140	4.653
Receita Diferida – ISS/IPTU (Nota 11)	28.969	32.838	34.481
	<u>132.859</u>	<u>135.290</u>	<u>147.932</u>
Patrimônio Líquido			
Capital social (Nota 12)	131.790	120.857	120.911
Adto. p/ futuro aum. Capital	10.404	10.937	5.883
Reserva de reavaliação	124.199	125.178	126.157
Prejuízos acumulados	(190.496)	(192.597)	(180.013)
	<u>75.897</u>	<u>64.375</u>	<u>72.938</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>288.299</u>	<u>279.493</u>	<u>286.970</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

SÃO PAULO TURISMO S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 (reapresentação) e 2010 (reapresentação)
(em milhares de reais)

	2012	2011 (ajustado)	2010 (ajustado)
Receita Operacional (nota 13)	206.233	202.074	203.348
Deduções da receita operacional	(563)	(3.689)	(10.224)
Receita Operacional Líquida	205.670	198.385	193.124
Despesas Operacionais			
Despesas administrativas	(201.565)	(218.146)	(189.388)
Outras receitas (desp.) operacionais, líquidas	3.153	3.637	3.692
	(198.412)	(214.509)	(185.696)
Resultado Operacional Antes Do Resultado Financeiro	7.258	(16.124)	7.428
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras, líquidas	(4.858)	2.561	(4.775)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	2.400	(13.563)	2.653
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.278)	-	(1.943)
Lucro líquido (Prejuízo) do Exercício	1.122	(13.563)	710
Lucro líquido (Prejuízo) por ação (Em reais)	0,25	(3,23)	0,16

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

SÃO PAULO TURISMO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (em milhares de reais)

Reapresentação

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de reavaliação	Prejuízos Acumulados (ajustado)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	120.911	5.883	126.457	(182.860)	70.391
Ajuste de exercício anterior	-	-	-	1.743	1.743
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(394)	394	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	-	94	-	94
Lucro do exercício 2010 (Nota 2.3.1)	-	-	-	710	710
Saldos em 31 de dezembro de 2010	120.911	5.883	126.157	(180.013)	72.938
Adiantamentos para aumento de Capital	-	5.000	-	-	5.000
Redução do Capital	(54)	54	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.288)	1.288	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	-	309	(309)	-
Prejuízo do exercício 2011 (Nota 2.3.1)	-	-	-	(13.563)	(13.563)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	120.857	10.937	125.178	(192.597)	64.375
Aumento de Capital	10.933	(10.933)	-	-	-
Adiantamentos para aumento de Capital	-	10.400	-	-	10.400
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.288)	1.288	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	-	309	(309)	-
Lucro do Exercício	-	-	-	1.122	1.122
Saldos em 31 de dezembro de 2012	131.790	10.404	124.199	(190.496)	75.897

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

SÃO PAULO TURISMO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 (reapresentação) e 2010

(reapresentação)

(em milhares de reais)

	2012	2011 (ajustado)	2010 (ajustado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	1.122	(13.563)	710
Ajustes – itens que não afetam o caixa:			
Depreciação e amortização	4.612	5.235	4.693
Juros e variações monetárias	4.159	5.547	7.590
Receita diferida realizada	(3.869)	(1.643)	(1.457)
Provisões para contingências	(798)	(2.600)	347
Variações nos ativos e passivos			
Clientes	2.130	(436)	(14.384)
Almoxarifado	250	(135)	(130)
Despesas antecipadas	598	127	(84)
Outros ativos	(2.964)	2.827	(6.819)
Fornecedores	(2.712)	1.941	3.969
Obrigações tributárias	(3.059)	(12.484)	(5.192)
Obrigações trabalhistas	391	493	310
Adiantamentos de clientes	18.533	5.785	20.585
Outros passivos	(14.266)	3.046	(1.057)
Caixa aplicado nas operações	4.127	(5.860)	9.081
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(19.685)	(6.114)	(5.085)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(19.685)	(6.114)	(5.085)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de Capital	10.400	5.000	-
Caixa proveniente das atividades de financiamento	10.400	5.000	-
Diminuição/Aumento líquido de caixa e equivalentes de	(5.158)	(6.974)	3.996
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.968	22.943	18.947
Caixa e equivalentes de caixa em no final do exercício	10.810	15.969	22.943

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



SÃO PAULO TURISMO S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 (reapresentação) e 2010 (reapresentação)

	2012	2011 (ajustado)	2010 (ajustado)
Receitas			
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	227.765	225.597	213.928
Receitas Canceladas	(563)	(3.997)	(5.395)
Reversão (constituição) de provisão p/devedores duvidosos	(1.821)	(261)	548
Não operacionais	(121)	161	-
	<u>225.260</u>	<u>221.500</u>	<u>209.081</u>
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>(117.100)</u>	<u>(132.578)</u>	<u>(120.929)</u>
Valor Adicionado Bruto	108.160	88.922	88.152
Retenções			
Depreciação e amortização	<u>(5.167)</u>	<u>(5.235)</u>	<u>(4.693)</u>
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Empresa	102.993	83.687	83.459
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Receitas financeiras	<u>2.753</u>	<u>12.201</u>	<u>3.089</u>
Valor Adicionado Total a Distribuir	105.746	95.888	86.548
Distribuição do Valor Adicionado			
Remuneração do trabalho	58.454	60.302	47.951
Remuneração de Governos			
Federal	34.611	34.245	27.630
Municipal	9.887	11.490	9.405
Outros	-	37	31
	<u>102.952</u>	<u>106.074</u>	<u>85.017</u>
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros e aluguéis	1.672	3.377	821
Lucros retidos (prejuízo) do exercício	<u>1.122</u>	<u>(13.563)</u>	<u>710</u>
	<u>2.794</u>	<u>(10.186)</u>	<u>1.531</u>
Valor Adicionado Distribuído	105.746	95.888	86.548

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis
(em milhares de reais)

SÃO PAULO TURISMO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 (reapresentação) e 2010 (reapresentação)

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A sociedade tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A empresa é uma sociedade de capital aberto e seu acionista majoritário é a Prefeitura do Município de São Paulo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes, portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, sendo observados pela administração os seguintes pronunciamentos, aplicáveis na elaboração das demonstrações financeiras: CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, CPC 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa; CPC 04 – Intangível; CPC 12 – Ajuste a Valor Presente; CPC 16 – Estoques; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erros; CPC 24 – Evento Subseqüente; CPC nº 25 – Provisões para passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Financeiras; CPC 27 – Ativo Imobilizado; CPC 30 – Receitas; CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

2.1 Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

Esta demonstração prevista no artigo 188 da Lei nº 6.404/76, foi elaborada pelo método indireto em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 03, aprovado pela Deliberação CVM nº 641/10 e pela Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC TG 03).

2.2 Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Esta demonstração está em conformidade com a Lei nº 11.638/2007, em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 09, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 e pelas Resoluções do CFC nº 1.138/08 (NBC TG 09) e CFC nº 1.162/09.

2.3 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para fins de apresentação, os ajustes de exercícios anteriores registrados nos exercícios de 2010 e 2011 e em atendimento ao artigo 186, § 1º, da Lei 6.404/76, estão demonstrados a seguir:

2.3.1. Ajustes de períodos de apuração anteriores – art. 176, § 5º, h e 186, § 1º, da lei 6.404/76.

Elementos (Em Milhares de Reais)	Valores ajustados
Prejuízos Acumulados em 31/12/2009	(182.860)
Ajuste de exercício anterior	1.743
Realização da reserva de reavaliação 2010	394
Lucro do exercício 2010	
Resultado de 2010 antes dos ajustes	5.670
Receita transferida para adiantamentos de clientes (*)	(4.477)
Deduções dos impostos transferidos para outros valores a receber (*)	947
Imobilizados transferidos para despesas (*)	(1.430)
Prejuízos Acumulados em 31/12/2010	(180.013)
Realização da reserva de reavaliação 2011	1.288
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação 2011	(309)
Prejuízo do exercício 2011	
Resultado de 2011 antes dos ajustes	(4.299)
Receita transferida para adiantamentos de clientes (*)	(9.531)
Deduções dos impostos transferidos para outros valores a receber (*)	345
Imobilizados transferidos para despesas (*)	(78)
Prejuízos Acumulados em 31/12/2011	(192.597)
Realização da reserva de reavaliação 2012	1.288
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação 2012	(309)
Lucro do exercício 2012	1.122
Prejuízos Acumulados em 31/12/2012	(190.496)

(*) Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 e de 31 de Dezembro de 2010.

A Companhia é contratada pela Prefeitura de São Paulo para prestação de serviços de divulgação e promoção turística da cidade de São Paulo (ações de mídia). Por sua vez, a Companhia contrata empresas especializadas nesta promoção, publicidade e divulgação. Estas operações vinham sendo contabilizadas em resultado pelo regime de caixa até as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2011, publicada em 10/04/2012, no Diário Oficial Empresarial do Estado de São Paulo e no jornal Diário de São Paulo, com parecer de auditoria com ênfase.

Numa revisão adicional dos procedimentos adotados, corroborada com ressalvas dos auditores independentes nos primeiro e segundo ITR (Informações Trimestrais) de 2012, verificou-se que a prática criou um descasamento entre receitas e despesas e, portanto, no resultado da empresa, sendo que os recursos recebidos passaram a transitar pela conta de adiantamentos de clientes.

O patrimônio líquido foi reduzido em **R\$14.224**, conforme demonstrado abaixo:

Receita transferida para adiantamentos de clientes	(4.477)
Deduções dos impostos transferidos para outros valores a receber	947
Imobilizados transferidos para despesas	(1.430)
Receita transferida para adiantamentos de clientes	(9.531)
Deduções dos impostos transferidos para outros valores a receber	345
Imobilizados transferidos para despesas	(78)
	<u>14.224</u>

Adicionalmente, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, bem como as notas explicativas estão sendo reapresentadas retrospectivamente para demonstrar os saldos contábeis e divulgações ajustadas após as correções mencionadas no parágrafo e tabela anterior.

3. Principais práticas contábeis

- a) Instrumentos financeiros - Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante os exercícios fiscais de 2012 e 2011 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;
- b) Clientes - As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. A Cia constituiu perdas prováveis sobre o valor dos créditos que possuem liquidação duvidosa;

- c) Almoxarifado - Os itens mantidos no almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, inferior aos preços de mercado;
- d) Imobilizado - O imobilizado está avaliado ao custo reavaliado para terrenos, edifícios e benfeitorias, túnel de serviços e estacionamento e pelo custo de aquisição para as demais contas. A depreciação é calculada pelo método linear, divulgada na nota explicativa nº 5, com taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens. Em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 1, aprovado pela Deliberação CVM nº 639/10, e pela Resolução CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01).
- e) Intangível – Os ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software, segundo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 04, aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10 e pela Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04);
- f) Redução ao valor recuperável – A Companhia analisou o valor contábil líquido dos ativos imobilizados e intangível com o objetivo de identificar eventos ou mudanças das circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requereriam ajustes para perda por redução de seu valor de recuperação. Em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 1, aprovado pela Deliberação CVM nº 639/10, e pela Resolução CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01). Consulte a respeito o item 5;
- g) Adiantamentos de clientes - A empresa recebe antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta refere-se ao montante já recebido de locações para eventos que serão realizados em períodos futuros. Os contratos incluem cláusulas de rescisão, hipótese que prevê a não devolução desses adiantamentos;
- h) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis;
- i) Passivo circulante e passivo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis;
- j) Provisão para Contingências - Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do exercício. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25). Consulte a respeito o item 10;
- k) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07 a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007;

4. Outros valores a receber

	2012	2011 (ajustado)	2010 (ajustado)
Impostos a recuperar	3.719	4.466	2.348
Adiantamentos a funcionários	301	309	319
Outros créditos	2.001	2.031	1.924
Prov. devedores duvidosos	(1.913)	(1.913)	(1.914)
	4.108	4.893	2.677

5. Imobilizado

				Líquido		
	Taxas anuais de depreciação	Custo Atualizado	Depreciação acumulada	2012	2011 (ajustado)	2010 (ajustado)
Terrenos	-	121.123	-	121.123	121.123	121.123
Edifícios e benfeitorias	2,00 a 10,00%	104.136	(17.380)	86.756	84.557	87.414
Túnel de serviços	4,14%	4.287	(1.067)	3.220	3.398	3.576
Estacionamento	3,45%	5.895	(1.432)	4.463	4.786	5.086
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25,00%	3.010	(746)	2.264	2.387	2.509
Instalações	10%	18.398	(9.820)	8.578	4.007	2.510
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	5.660	(1.853)	3.807	1.987	1.477
Veículos	20%	768	(598)	170	241	283
Móveis e utensílios	10%	6.838	(5.133)	1.705	2.032	2.209
Outros ativos fixos	20% e 10%	1.678	(1.634)	44	73	113
Construções em andamento	-	19.393	-	19.393	10.299	7.709
		291.186	(39.663)	251.523	234.890	234.009

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2012	2011 (ajustado)	2010 (ajustado)
Saldo no início do exercício	236.398	234.009	233.537
Adições			
Edifícios e Benfeitorias	537	322	1.452
Estacionamento	20	43	154
Instalações, máquinas e equipamentos	1.985	1.860	1.843
Veículos	27	55	31
Móveis e utensílios	62	283	401
Máquinas e equipamentos	55	851	246
Outros ativos	1	4	36
Construções em andamento	19.149	2.590	906
Total das adições	21.836	6.008	5.069
Baixas			
Edifícios e benfeitorias	(1.574)	-	-
Móveis e utensílios	(58)	-	-
Máquinas e equipamentos	(575)	-	-
Total das baixas	(2.207)	-	-
Depreciações	(4.504)	(5.127)	(4.597)
Saldos no fim do exercício	251.523	234.890	234.009

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

Em conformidade ao Pronunciamento Técnico, CPC nº 01, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", aprovado pela Deliberação CVM nº 639/10, e pela Resolução do CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01), os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A menor unidade geradora de caixa da Companhia para avaliar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização, corresponde à empresa como um todo. A Administração efetuou análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, bem como não identificou eventos ou mudanças de circunstâncias, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2012, não existiam evidências de ativos corpóreos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

6. Acordo PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003 o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura de São Paulo, na qual está incluída a São Paulo Turismo S/A. O

equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária da São Paulo Turismo S/A, onde o total da dívida da PMSP e suas empresas, incluindo a São Paulo Turismo S/A, estão sendo pagas através da retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Nessa negociação foi ajustado o parcelamento em 240 meses, onde a São Paulo Turismo S/A participa com um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP. Os montantes pagos em 2012 e 2011 foram respectivamente R\$ 1.461 e R\$ 1.121. Desde a consolidação, foram pagas 119 parcelas. O saldo devedor, de R\$ 43.445 incorpora juros baseados na TJLP, calculados até 31/12/2012.

7. Obrigações trabalhistas

	2012	2011	2010
Provisão para férias	6.195	6.187	5.274
INSS	1.886	1.857	1.412
FGTS/PIS/outras	495	412	575
Obrigações com pessoal	359	62	46
	8.935	8.518	7.307

8. Obrigações tributárias

	2012	2011	2010
Circulante			
Prefeitura de São Paulo (IPTU/ISS)	17	21	8
Parcelamento IPTU/ISS	2.574	2.375	2.596
Receita Federal:			
. Parcelamento Lei 11.941/2009	673	1.773	461
. Cofins a pagar	400	129	1.470
. Impostos retidos	1.721	1.643	902
. IRPJ a recolher	1.236	309	-
. CSLL a recolher	351	-	80
	6.972	6.250	5.517
Não circulante			
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos	51.879	50.239	47.170
Parcelamento tributos federais Lei 11.941/2009	3	1.595	12.820
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	7.994	7.994	8.303
	59.876	59.828	68.293
Circulante e não circulante	66.848	66.078	73.810

Em 23/06/2006 a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações desde 1991 para o IPTU, e desde 1997 para o ISS foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Em 2012 e 2011 foram pagos R\$ 2.465 e R\$ 2.074 respectivamente.

As obrigações para com a Receita Federal relativas à COFINS em atraso foram incluídas no Programa de Parcelamento Especial - PAES, instituído pela Lei Federal 10.684/03, em 30/07/2003, com pagamento em 180 parcelas. Em 19/11/2009 o saldo remanescente deste parcelamento foi objeto de adesão ao parcelamento instituído pela Lei nº 11.941 de 27/05/2009. Como consequência, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, consequentemente, perda dos benefícios da redução de multas, juros e honorários. Os montantes pagos em 2012 e 2011 foram respectivamente R\$ 3.069 e R\$ 1.803. O saldo devedor incorpora juros baseados na SELIC, calculados até 31/12/2012.

9. Outras exigibilidades

	2012	2011	2010
Carnaval a realizar	2.291	3.947	383
Obrigações com a PMSP	8.283	202	-
Recursos municipais e federais - fomento ao Turismo	495	878	1.405
Projeto Fundação Catavento	298	298	303
Outras contas diversas	1.463	2.012	1.901
	12.830	7.337	3.992

10. Provisões para contingências

10.1. A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Constituímos as contingências consideradas como perda provável, com base nos pareceres apresentados pelos assessores jurídicos. As provisões, adiante discriminadas, foram constituídas, em conformidade com o Pronunciamento CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

	Não Circulante		
Tipo de Ação	2012	2011	2010
Ações Trabalhistas	1.665	(232)	3.245
Ações Cíveis	404	1.372	1.408
Totais	2.069	1.140	4.653

10.2. CONTINGÊNCIAS COM POSSÍVEIS PERDAS

Em conformidade com os itens 27 a 30 do Pronunciamento Técnico, CPC nº 25, aprovado pela Resolução CFC nº 1180/2009 (NBC TG 25), a companhia não deve reconhecer contabilmente um passivo contingente, conforme definido no item 13 do referido Pronunciamento. Assim, para cada classe dessa espécie de passivo, na data do balanço, deverá ser divulgada apenas em nota explicativa uma descrição sumária da natureza do referido passivo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tipo de Ação	2012	2011	2010
Ações Trabalhistas	2.822	1.536	4.716
Ações Cíveis (*)	51.178	40.357	29.695
Totais	54.000	41.893	34.411

(*) Em 05/02/2010 foi homologado acordo para o processo de Ação de Cobrança nº 000040272877 movido por São Paulo Transporte S/A. Esta empresa é controlada pela Prefeitura de São Paulo, portanto, encontra-se sob o mesmo controle acionário. O objeto da ação são notas de débitos emitidas entre 1997 e 1998. O equacionamento do débito foi mediante autorização da Prefeitura de São Paulo para repasse à conta do Sistema de Transporte Coletivo. Outro processo movido pela São Paulo Transportes S/A, referente à cobrança por serviços prestados nos eventos do Carnaval de 1984 a 1997, no montante estimado de R\$ 39.295, foi avaliado como de possível perda,

11. Receita diferida – ISS/IPTU

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a tributos municipais de 1991 a 2004, conforme demonstrado na nota 8, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento;

12. Capital social

	Quantidades em 2012			Valores		
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	2012	2011	2010
Autorizado	6.154.605	786.418	6.941.023	199.971	199.971	199.971
A subscrever (*)	(1.690.889)	(666.714)	(2.357.603)	(67.923)	(78.856)	(78.802)
	4.463.716	119.704	4.583.420	132.048	121.115	121.169
A integralizar	(3.368)	(5.609)	(8.977)	(258)	(258)	(258)
Integralizado	4.460.348	114.095	4.574.443	131.790	120.857	120.911

(*) Aumento de Capital em 06/01/2012 referente à integralização de adiantamentos efetuados pela acionista majoritária, a Prefeitura de São Paulo.

A empresa contava com aproximadamente 3.555 acionistas em 31/12/2012. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais A e AHEB6 para ações preferenciais B. O último preço cotado indicado no site da BM&FBOVESPA, na consulta ao link “Cotação Rápida” era de R\$ 26,00 para as ordinárias e preferenciais “A”, em 26/12/2012 e R\$ 35,01 para as preferenciais “B”, em 13/04/2012.

13. Apresentação da Demonstração do Resultado do exercício (DRE) – Padrão Internacional de Contabilidade

A DRE publicada atende as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 30, aprovado pela Resolução CFC nº 1.412/12, aprovado pela Deliberação CVM nº 692/12, a qual determina que as quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração. A norma tributária (artigos 279 e 280 do Regulamento do Imposto de Renda de 1999- RIR/99) determina que a Receita Líquida, representa o montante da Receita Bruta deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas, assim, perante a referida legislação, a parte inicial da DRE publicada, deveria ser apresentada da seguinte forma:

	2012	2011 (ajustado)	2010 (ajustado)
Receita Operacional Bruta	227.752	225.942	214.875
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(21.519)	(23.868)	(11.527)
	206.233	202.074	203.348
Deduções da receita bruta	(563)	(3.689)	(10.224)
Receita Operacional Líquida	205.670	198.385	193.124

14. Remuneração dos administradores

A remuneração do pessoal chave da administração da Companhia no período foi de R\$ 3.401 (R\$ 3.391 em 2011).

15. Seguros (não auditado)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	2012	2011
Imobilizado: Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	101.500	100.500
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de mercado	Valores de mercado

16. Autorização de conclusão das Demonstrações Financeiras

Foi autorizada pelo Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores, Sr. Arley Ayres, a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 08 de março de 2013.

Conselho de Administração

ANTONIO DONATO MADORMO - Presidente do Conselho

ADELAIDE MARIA BEZERRA MAIA DE MORAES

FABIO MANZINI CAMARGO

FRANCISCO DJAIR GALVÃO FREIRE

JORGE HARADA

LEDA MARIA PAULINI

LUIZ ALBERTO DE CASTRO FALLEIROS

MARIA ANGÉLICA FERNANDES

VALDÍCIO TORRES DA SILVA

Diretoria

CLAUDIO MARCELO SCHMIDT REHDER - Diretor Presidente

ITALO CARDOSO ARAÚJO - Diretor Vice-Presidente

JOÃO BATISTA DE GODOY - Diretor Representante dos Empregados

LUIZ RICARDO SANTORO - Diretor de Infraestrutura

LUCIANE FARIAS LEITE – Diretora de Turismo e Entretenimento

MARCUS VINICIUS SINVAL - Diretor de Ações Estratégicas e Comunicação

EVERALDO TEIXEIRA DOURADO JUNIOR - Diretor de Eventos

JOÃO FRANCISCO APRÁ - Diretor de Marketing e Vendas

ARLEY AYRES - Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores

Conselho Fiscal

EDUARDO DE ARAÚJO

ÉLCITA RAVELLI

JAIR PACA LIMA

MARCOS SCARPI COSTA

ANNA LUIZA FONSECA

Contadora

REGIANE ABREU DOS SANTOS - Contadora – CRCCT n.º 1SP230562/O-0